

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICAELA GOIS BOECHAT BOAVENTURA

AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SAÚDE: O OLHAR DE PROFESSORES E
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA ILHA DOS VALADARES –
PARANAGUÁ/PR

MATINHOS

2019

MICAELA GOIS BOECHAT BOAVENTURA

AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SAÚDE: O OLHAR DE PROFESSORES E
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA ILHA DOS VALADARES,
PARANAGUÁ-PR

Dissertação apresentado ao programa de
Pós- Graduação Mestrado Profissional em
Rede em Ensino das Ciências Ambientais,
Setor Litoral, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre.

Orientadora: Profa Dra. Maria da Graça
Kfourir Lopes

MATINHOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

B662a Boaventura, Micaela Gois Boechat
Ambiente, educação e saúde: o olhar de professores e agentes comunitários de saúde da Ilha dos Valadares, Paranaguá/PR / Micaela Gois Boechat Boaventura ; orientadora Maria da Graça Kfoury Lopes. – 2019.
58 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.

1. Educação ambiental. 2. Ilha dos Valadares (Paranaguá /PR). 3. Degradação ambiental. 4. Desequilíbrio ambiental. I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 333.7071

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS
CIÊNCIAS AMBIENTAIS

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MICAELA GOIS BOECHAT BOAVENTURA** intitulada: **Ambientes, Educação e Saúde: o olhar de professores e agentes comunitários de saúde da ilha dos Valadares, Paranaguá - PR**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 09 de Novembro de 2018.


MARIA DA GRAÇA KFOURRI LOPES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


NEILOR VANDERLEI KLEINUBING
Avaliador Interno (UFPR)


MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA
Avaliador Externo (UFS)


MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES
Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que iluminou meus passos durante esta caminhada.

Em memória da minha mãe Shirley Gois Boechat, que em sua humildade, lutou para me educar, mesmo nas adversidades.

Ao meu pai, Livaldo Ribeiro Boaventura que, mesmo distante, investiu em meu crescimento social e profissional.

À minha filha Julia Gois Boaventura Powala, pela paciência e por fazer a minha vida valer a pena.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria da Graça Kfoury Lopes, pelo convívio, apoio, compreensão e amizade.

Aos coordenadores e professores do PROFCIAMB, por compartilharem suas vivências e experiências.

Às minhas colegas de turma, Paula da Silva Inácio Pereira, e Eliz Maria Howard. Valeu a pena esperar. Hoje estamos colhendo, juntas, os frutos do nosso empenho!

Às secretárias municipais de saúde e educação do Município de Paranaguá.

Aos profissionais envolvidos na pesquisa, professores e agentes comunitários de saúde da Ilha dos Valadares.

À Agência Nacional de Águas (ANA), pelo financiamento do PROFCIAMB.

RESUMO

Este trabalho visa à observação e à discussão de fatores socioambientais que contribuem, de forma negativa, para a degradação do ambiente e para o desequilíbrio da saúde humana. Mediante pesquisa de campo, este estudo foi realizado na Comunidade da Ilha dos Valadares, trazendo indagações para a Educação Ambiental acerca dos graves problemas enfrentados pela população. Os resultados encontrados permitiram com que fossem reconhecidos os mais variados aspectos ambientais que afetam a saúde humana, e que estes devem ser abordados na escola, tornando possível, assim, promover a reflexão sobre questões sociais, ambientais e de saúde com as crianças, como forma de promover mudanças na qualidade de vida daquela parcela de moradores da região. A cooperação entre os professores e ACS, reforça a premissa de que somente através da união e da instrução, é possível modificar a realidade, transformando-a em ambientes dignos para se viver, conforme pretende-se ofertar aos moradores da Ilha, através de novas abordagens que valorizem o fator humano.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Ambiental, Saúde.

ABSTRACT

This work aims at the observation and discussion of social and environmental factors that contribute, in a negative way, to the degradation of the environment and to the imbalance of human health. Through field research, this study was carried out in the Community of Valadares Island, bringing inquiries for Environmental Education about the serious problems faced by the population. The results found allowed the recognition of the most varied environmental aspects that affect human health, and that these should be addressed in the school, thus making it possible to promote reflection on social, environmental and health issues with children, as a way to promote changes in the quality of life of that portion of the region's residents. Cooperation between teachers and ACS reinforces the premise that it is only through unity and education that it is possible to change reality, transforming it into decent living environments, as it is intended to offer to the inhabitants of the Island, through new approaches that value the human factor.

Keywords: Public Policies; Environmental Education, Health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	14
2.1 Políticas Públicas de Educação em Saúde	18
2.2 Papel dos ACS na Educação em Saúde.....	22
2.3 Papel do Professor na Educação em Saúde	24
3 METODOLOGIA	26
4 A REALIDADE DA ILHA DOS VALADARES	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
ANEXOS	42
Anexo 1 – Ilha dos Valadares	42
Anexo 2 – Resultados	44
1 APRESENTAÇÃO	48
2 DESENVOLVIMENTO	50
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Todo e qualquer país é permeado por diferentes realidades, diferentes povos e diferentes costumes. Cada nação desenvolve, ao longo dos anos, seus próprios meios de sobrevivência, de modo a contornar situações e adversidades, buscando por melhor qualidade de vida para si e para seus habitantes.

Há cenários em que a miséria e a ausência de recursos traduzem as condições de vida de um determinado grupo, levando a refletir sobre as ações dos indivíduos e sua obrigação em realizar mudanças sociais para aqueles que se tornaram esquecidos, como no caso da comunidade da Ilha de Valadares, localizada no município de Paranaguá, Paraná.

A região ocupa uma área geográfica de 2,8 mil quilômetros quadrados à margem esquerda do Rio Itiberê, conforme é apresentado no Anexo 1, e conta com 30000 habitantes de acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2017).

A Ilha dos Valadares origina-se do sobrenome de uma família de posses, dedicada, no passado, ao tráfico de escravos durante o século XVIII e, hoje, sua população é formada por moradores que se dedicam à pesca artesanal, cultuando suas tradições; nacionalmente reconhecida como o palco do fandango paranaense o qual é considerado como única dança típica litorânea. Há, ainda, o barreado, prato paranaense, marca de seu artesanato, um de seus meios de subsistência, principalmente cestaria, cerâmica e objetos utilitários próprios da região, segundo o IBGE (BRASIL, 2017).

A Ilha dos Valadares, conta com farmácia, padarias, e um módulo policial. A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), fornece energia aos moradores e, o sistema de abastecimento de água e esgoto ainda é bastante precário (PARANAGUÁ, 2017).

A ilha possui duas Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo que, uma delas foi inaugurada no ano de 2015, contando com quatro equipes de Estratégia de Saúde da Família com capacidade de atender um total de 6 mil famílias.

Segundo a prefeitura, este quantitativo é suficiente para o atendimento de toda a população (PARANAGUÁ, 2015), entretanto, durante o percurso da pesquisa, foi possível constatar que existem problemas recorrentes de saúde, configurando em uma grande incoerência entre as informações.

Importante mencionar que nos últimos anos, o município de Paranaguá, tem apresentado casos de dengue, reflexo de uma epidemia ocorrida em 2016, em que o local precisou de atenção redobrada devido a fatores especiais, como a largura das vias, becos e vielas, e logística necessária para remoção de entulhos, uma vez que um dos acessos à Ilha se dá via fluvial, sendo a mesma também ligada a uma ponte.

Foram confirmados, durante a epidemia, cerca de 181 casos contraídos desde o ano de 2015, o que colocou o município em Estado de Emergência, mediante decretos que autorizavam a entrada de agentes de saúde em casas fechadas ou abandonadas, a fim de minimizar o quadro.

Mesmo com tais medidas, no ano de 2016, a Secretaria de Saúde da região registrou 491 casos, colocando a cidade em estado de calamidade, pois a população aguardava a coleta de entulhos, que facilitava a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, que de acordo com Costa (2001), apresenta características domiciliares, hospedando-se dentro das casas, compreendendo um ciclo de vida que se caracteriza por quatro fases, e se mantendo resistentes por períodos que vão de quatro meses a um ano, representando uma grande barreira e um imenso desafio para se efetivar sua eliminação.

Além destes agravos, verifica-se a constante proliferação de outros insetos e roedores em decorrência da existência de um lixão desativado, tornando os casos de doenças parasitárias bastante comuns entre os sujeitos da comunidade, em especial nas crianças relacionando-se, possivelmente, ao estilo de vida dos moradores, considerando que estes têm o hábito de nadarem às margens do rio, o qual recebe o esgoto sem tratamento.

A Ilha conta também com três Escolas Municipais e três Centros de Educação Infantil (CMEI), incluindo as instituições particulares e do Estado.

Apresenta, ainda, diversos problemas decorrentes da ocupação desordenada dos espaços com urbanização precária, pois a ocupação da Ilha foi concebida de forma irregular, proporcionando, assim, desequilíbrios ambientais, como poluição das águas e desmatamento.

Diante dos aspectos mencionados, é possível afirmar que a Ilha dos Valadares apresenta diversos problemas que impactam negativamente na Saúde Pública, que poderiam ser reduzidos com ações de conservação ambiental, e um trabalho voltado à conscientização de seus moradores, conforme apontam Oliveira e Santos (2011):

Educar é uma exaustiva tarefa social, emancipatória, capaz de reorientar a humanidade. A educação transforma o homem em ser social e histórico e possibilita formar novas gerações através da transmissão de conhecimentos, valores e crenças. Permite o desenvolvimento de uma consciência crítica que o torna capaz de transformar a realidade. Assim, a educação deve chegar a todos, objetivando formar seres humanos que caminhem em busca de seus sonhos, da felicidade individual e social, lutando por mais qualidade de vida. (OLIVEIRA E SANTOS, 2011, p. 835).

As autoras, em seu discurso, pontuam as relevantes possibilidades da educação como instrumento de transformação. Considerando estes aspectos, acreditam nas possibilidades de uma Educação para a Saúde, que reduza a problemática verificada na Ilha dos Valadares, tendo como disseminadores os Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais da Educação.

Alves (2005) destaca a importância da Educação para a Saúde, colocando esta como um valor que transcende à assistência curativa, e enfatiza a necessidade de ações preventivas e promocionais a fim de que seja assegurada maior qualidade de vida aos indivíduos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) prevê uma estratégia de promoção da saúde como uma possibilidade de enfocar os aspectos que determinam o processo saúde-doença no Brasil, como, violência, desemprego, subemprego, deficiência no saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água ameaçada e deteriorada, potencializando formas mais amplas de intervir nestes casos (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, encontra-se o Agente Comunitário de Saúde (ACS), o qual, ocupa posição chave no atual modelo de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a Atenção Primária à Saúde (APS), considerada como ordenadora da rede de atenção e coordenadora do cuidado. Este profissional é

reconhecido especialmente pelo papel de mediador e elo entre a equipe de saúde e as famílias que residem no território de atuação.

Além disso, participam da identificação de situações de risco e vulnerabilidade dos indivíduos e famílias; do reconhecimento de problemas funcionais, orgânicos e sociais que interferem na condição de saúde e do planejamento e desenvolvimento de ações de promoção, prevenção, assistência e vigilância à saúde, junto às equipes e a comunidade e, apesar de ser profissional recém-inserido nas equipes de saúde e dada sua inserção na comunidade, espera-se que sua atuação ocorra com base na Promoção da saúde (BRASIL, 2010).

Considerando as atribuições do ACS, depreende-se que essas demandas podem ser resolvidas com a melhor compreensão sobre o efeito das questões ambientais sobre a saúde humana, tendo em vista que a educação para a saúde pode promover mudanças significativas dos hábitos de vida dos moradores das regiões que atendem.

Destaca-se ainda a importância de que a escola promova discussões acerca dessas temáticas e que, viabilize parcerias com os ACS para que possam desenvolver ações educativas para a promoção de um aprendizado significativo das crianças da rede municipal acerca da relação entre ambiente e saúde.

Cumprir dizer que, a interação, entre profissionais de saúde e professores, encontra-se prevista no Protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, datado de 7 de fevereiro de 2006 sendo, neste documento, clarificada a importância de trabalho em equipe e apontando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar através de programas e de projetos que produzam aprendizagens relevantes.

Diante do exposto, este estudo busca responder aos seguintes questionamentos: qual a percepção de professores do Ensino Fundamental e da Educação Infantil de escolas públicas da Ilha dos Valadares acerca da relação entre questões ambientais e saúde humana? Qual a importância dos agentes comunitários de saúde para a promoção da educação e saúde? Como promover parcerias entre docentes de escolas públicas e ACS, com a finalidade de minimizar os problemas que impactam negativamente a Saúde Pública?

Estas e tantas outras inquietações são base da elaboração desta pesquisa, em que se pretende compreender a percepção dos professores e agentes comunitários de saúde sobre os impactos dos aspectos ambientais na saúde humana e quais são suas propostas para minimizar tais impactos.

Como objetivo geral, este trabalho pretende avaliar a compreensão dos professores do Ensino Fundamental e dos Agentes Comunitários de Saúde da Ilha dos Valadares acerca da relação entre questões ambientais e saúde humana.

Os objetivos específicos para a pesquisa podem ser definidos da seguinte maneira:

- Compreender a importância de uma Educação Ambiental nas escolas;
- Discutir as atribuições do ACS para a promoção da saúde da comunidade e sua contribuição na educação das crianças no ambiente escolar;
- Elaborar um produto que possa ser utilizado na Educação Socioambiental com base na pesquisa realizada.

2 EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A Lei nº 9795/1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, em seu artigo 1º descrevendo a Educação Ambiental como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Este artigo da Legislação aponta a relevância de uma educação voltada à conservação do ambiente, considerando que este aspecto define a qualidade de vida que teremos na atualidade e também em dias futuros.

Ademais, a urbanização trouxe consequências sérias para a própria população, em que indivíduos se veem constantemente cercados por doenças epidêmicas, como é o caso da dengue, que vem ocorrendo no Brasil de forma continuada, sendo necessárias medidas preventivas contra o *Aedes Aegypti*, que envolvem questões ambientais de cada região (RANGEL 2008).

Salienta-se que, com os avanços tecnológicos, que propiciam o aumento de troca de informações, a humanidade tem modificado a sua forma de ver o mundo o que proporcionou um despertar para os impactos negativos que organizações multinacionais e nacionais têm causado ao ambiente.

Outro fator a ser destacado, deve-se ao fato de que os efeitos ocasionados pelo célere crescimento econômico e o progresso populacional são visíveis mundialmente.

Destaca-se que, com o início do século XX, uma parte considerável da superfície terrestre foi modificada dando lugar à agricultura, cidades e atividades industriais.

Pontua-se que ao se observar a relação entre a sociedade e a natureza, percebe-se que o homem tem um papel fundamental no ambiente em que se encontra inserido, seja de forma positiva ou negativa, considerando que as transformações que este ocasiona no espaço geográfico, interferem no equilíbrio ambiental.

Diante de tais aspectos, torna-se fundamental a adoção de pensamentos e ações com o intuito de reduzir e prevenir os impactos ambientais, causados em grande parte pela ação humana como citado anteriormente, se fazendo imprescindível sensibilizar a população a buscar novas metodologias, baseadas em um espaço de convivência mais solidário, participativo e voltado para a conservação dos elementos naturais mundiais (BARCELOS, 2009).

Com base no exposto, nota-se a necessidade de uma educação socioambiental sólida, que desperte nos sujeitos o senso crítico e reflexivo, além da responsabilidade para a preservação do ambiente, ou seja, uma educação que incuta no indivíduo a obrigação de não interferir no meio onde vive e, atuando conscientemente contra a degradação do ambiente e disseminando esta consciência para seus pares.

Reitera-se que a questão ambiental tem sido um dos temas, mais debatidos na atualidade, envolvendo os problemas relacionados às questões socioambientais urbanas e a qualidade de vida, as quais estão sendo ameaçados pelos impactos causados pela ação humana, relacionados principalmente ao clima.

Nessa perspectiva Guimarães (2005), aponta que existem várias maneiras de conhecer, interpretar e definir a Educação Ambiental e que tais ensinamentos encontram-se em franca expansão no contexto escolar brasileiro em resposta às expectativas que a sociedade projeta sobre a escola como transformadora da sociedade e das realidades.

Reconhece-se que a Educação Ambiental visa a estimular o desenvolvimento de uma visão ecológica, desde o Ensino Fundamental e, assim, produzir reflexões, concepções e experiências, desde cedo nas crianças buscando a construção de formas de minimizar os impactos ambientais.

É uma forma holística de educação, que atinge a todos os cidadãos por meio de um processo participativo de alunos e professores, não somente nas escolas, mas em qualquer ambiente da sociedade atual, desenvolvendo a consciência crítica sobre a problemática ambiental (AMBIENTE BRASIL, 2010).

É importante considerar que a Educação Ambiental caracteriza-se por incorporar a dimensão socioeconômica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo

considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica.

Assim sendo, esta deve permitir a compreensão da natureza complexa do ambiente, e interpretar a independência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os elementos naturais do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro.

Ao longo dos últimos anos, tem se procurado conciliar avanço tecnológico, necessidades humanas e elementos naturais, tendo em vista que há um grande apelo para a conservação do ambiente, às bases da construção de uma Educação Socioambiental por meio de ações que promovam melhorias ao planeta, e possibilitem a sobrevivência às gerações futuras.

Contudo, Guimarães (1995), alerta que não bastam apenas atitudes corretas, como separar o lixo seletivamente para ser reciclado, se não forem alterados também os valores consumistas, responsáveis por um volume crescente de lixo nas sociedades modernas.

Esta visão do autor comunga com os aspectos apresentados por Dionysio e Dionysio (2006), ao pontuar que:

As atividades humanas produzem muito lixo e isto vem sendo um grande problema para o planeta, pois geramos cada vez mais detritos, muitos de difícil decomposição. Mas nem sempre foi assim, quando o homem se baseava no extrativismo vegetal para sua sobrevivência, menos resíduos eram gerados, logo não havia a necessidade de preocupação com eles. Mesmo sendo de fácil decomposição, o excesso de lixo é prejudicial aos ecossistemas. Além de causar problemas como a poluição das águas e do solo, na decomposição da matéria orgânica há formação de gás metano (CH₄), que aquece cerca de 23 vezes mais que o gás carbônico (CO₂), e contribui muito para o agravamento do efeito estufa. (DIONYSIO E DIONYSIO, 2006, p. 02).

A título de esclarecimento, salienta-se que no Brasil, em média, cada pessoa produz cerca de 380 quilos de resíduos por ano (mais de um quilo por dia) e, deste modo, a coleta seletiva por classe de materiais recicláveis, presentes nos resíduos sólidos urbanos, associada à reciclagem, propicia a diminuição da quantidade de materiais dispostos no ambiente e aumenta a vida útil dos aterros, constituindo uma importante atividade de interesse social e econômico e, apresentando-se assim como um eficiente modo de preservação

do ambiente, de acordo com estudos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com base nessas premissas, pode-se afirmar que o tema ambiental é um problema tanto da geração atual, como da geração futura, por isso é imprescindível que sejam mobilizadas ações em seu benefício.

Sob esta ótica, Almeida (2006), destaca que as questões ambientais são capazes de sensibilizar, profundamente, as pessoas, cuja visão adquirida sobre a natureza está associada a crenças morais, filosóficas e religiosas.

No entanto, as experiências e pesquisas revelam o quanto ainda precisa ser feito pelo desenvolvimento do estado, país e quem sabe do mundo, para o desenvolvimento e formação de seres humanos sensibilizados com a conservação ambiental.

Diante de tais possibilidades, Travassos (2004), reconhece o potencial da Educação Socioambiental, considerando que esta temática deve ser trabalhada no contexto educacional, onde, por meio de estratégias pedagógicas, tanto docentes, quanto discentes, se posicionem como participantes de um mesmo processo, buscando soluções para os problemas ambientais.

Consequentemente, pode-se concluir que uma das formas mais acertadas de se tentar interromper a degradação ambiental pauta-se na implantação da Educação Ambiental crítica e inovadora nas escolas, nas empresas e na sociedade como um todo, por intermédio de um processo democrático e pedagógico que priorize a construção de uma sociedade responsável e que, desempenhe coletivamente um papel primordial na disseminação da conscientização da conservação do ambiente.

Complementando essa ideia, Müller (1998), expõe que:

A educação ambiental na escola não é a solução mágica para os problemas ambientais, mas um processo contínuo de aprendizagem e de conhecimentos, bem como da prática de ser cidadão, capacitando o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social. (MULLER, 1998, p. 32).

Assim sendo, pode-se afirmar que não se trata de uma transferência de responsabilidades, mas da construção de responsabilidade no ambiente escolar pelas relações com a natureza, sociedade e cultura.

Considerando os aspectos mencionados, destaca-se a importância das políticas públicas de educação e saúde com vistas à formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos, onde professores e Agentes Comunitários de Saúde busquem propor aos estudantes medidas de asseio e higiene, além de ações para conservação do ambiente, tendo como principal finalidade a mudança de hábitos e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida.

2.1 Políticas Públicas de Educação em Saúde

As Políticas Públicas se resumem em práticas governamentais que têm finalidade de surtir efeito social. Por serem partes de práticas governamentais, as Políticas Públicas são formuladas pelos poderes executivos, legislativo e/ou propostas sociais, mas em sua maioria, pelos poderes executivos e legislativos. Deste modo, como pode ocorrer participação social na formulação das políticas públicas, deve-se haver acompanhamento e avaliação para sua implantação, através de audiências públicas, conselhos municipais, estaduais ou nacionais (BUCCI, 2002).

As políticas públicas ganham formato através de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação em rede atores, gasto público direto, contratos com *stakeholders*¹ dentre outros (BRANCALEON *et al.*, 2015).

No tocante à Educação em Saúde, pode-se afirmar que esta tem alçado um patamar de relevância no ambiente educacional, sendo apontada pelas legislações educacionais como um fator a ser inserido nos currículos escolares. Dentre os documentos oficiais que proclamam esta importância, está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que todos estes pontuam a necessidade da presença das práticas de saúde no cotidiano escolar, relacionando-as com a perspectiva

¹ Stakeholder é um termo em inglês utilizado para designar um público estratégico, que apresenta interesse em uma determinada empresa, negócio ou indústria, podendo, ou não ter realizado investimentos para adquirir ou pertencer a tal negócio.

de se construir uma escola de qualidade, a qual oportunizará um aprendizado significativo aos educandos.

Destacam-se neste contexto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais tratam a saúde como um tema transversal, considerando que:

O nível de saúde das pessoas reflete a maneira como vivem, numa interação dinâmica entre potencialidades individuais e condições de vida. Não se pode compreender ou transformar a situação de um indivíduo ou de uma comunidade sem levar em conta que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural. Falar de saúde implica levar em conta, por exemplo, a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado e a miséria, a degradação social e a desnutrição, formas de inserção das diferentes parcelas da população no mundo do trabalho, estilos de vida pessoal (BRASIL, 2001, p. 33).

Este trecho reforça a concepção de que a educação pode suscitar a mudança de hábitos e atitudes nos seres humanos e ainda reforça a ideia de que deve-se levar em consideração o contexto social em que o aluno encontra-se inserido.

Outro aspecto de fundamental importância refere-se ao fato de que estas publicações do Ministério da Educação (BRASIL, 2001), destacam a importância da inserção da Educação para a Saúde nos currículos escolares, apontando que a escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para uma vida saudável, na medida em que o grau de escolaridade em si tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e grupos populacionais. Mas a explicitação da educação para a Saúde como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas — e não pacientes — capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva.

Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.

No decorrer dos anos, as políticas públicas foram sendo reformuladas e nesse contexto, a educação em saúde ganhou espaço. No ano de 2007, foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, com o intuito de integrar e articular permanentemente a

educação e a saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Esta política pública tem como objetivo auxiliar para a formação integral dos estudantes através de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, na perspectiva de se confronto das vulnerabilidades que afetam o desenvolvimento integral de crianças e jovens matriculados na rede pública de ensino tendo como público beneficiário os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais estendida, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O PSE atualmente é uma das principais políticas públicas para infância e adolescência. Dentre seus componentes, destaca-se a avaliação clínica, nutricional, promoção da alimentação saudável, avaliação oftalmológica bem como as ações de educação permanente em saúde, atividade física e saúde, promoção da cultura da prevenção no âmbito escolar e inclusão das temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das escolas (BRASIL, 2009).

Em um manual concebido no ano de 2011 para orientação da implementação desta política pública, o Ministério da Saúde reafirma a importância que a escola tem para o desenvolvimento do senso crítico e político, contribuindo para a construção de valores pessoais, crenças, conceitos e formas de proceder a uma leitura precisa do mundo, interferindo diretamente na produção social da saúde (BRASIL, 2011).

Neste manual também são apontadas as Diretrizes do Programa Saúde na Escola, sendo elas:

- I. Tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos;
- II. Permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes;
- III. Promover a articulação de saberes, a participação dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social das políticas públicas da saúde e educação;
- IV. Promover a saúde e a cultura da paz, favorecendo a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
- V. Articular as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação pública de forma a ampliar o alcance e o impacto

de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
VI. Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
VII. Promover a comunicação, encaminhamento e resolutividade entre escolas e unidades de saúde, assegurando as ações de atenção e cuidado sobre as condições de saúde dos estudantes;
VIII. Atuar, efetivamente, na reorientação dos serviços de saúde para além de suas responsabilidades técnicas no atendimento clínico, para oferecer uma atenção básica e integral aos educandos e à comunidade (BRASIL, 2011, p. 27).

Estas diretrizes demonstram que esta política pública reconhece e acolhe as ações de integração entre saúde e educação já existentes e que têm impactado positivamente na qualidade de vida dos educandos.

Cumprir mencionar que no contexto do Sistema Único de Saúde, considera-se a Saúde da Família uma estratégia primordial para a reorganização da atenção básica. Destarte, a Estratégia Saúde da Família (ESF), pressupõe um investimento em ações coletivas e ainda, a reconstrução das práticas de saúde a partir da interdisciplinaridade e da gestão intersetorial, em um dado território e neste caso, o PSE assume essa função.

Importante ressaltar que as ações a serem desenvolvidas pelo PSE, devem constar no projeto político pedagógico da escola, devendo considerar a política executiva dos Estados e municípios e, as particularidades das diferentes regiões, ou seja, as ações devem estar voltadas para minimizar as demandas dos contextos sociais onde estejam sendo aplicadas.

Destaca-se ainda a importância do apoio dos gestores da área de educação e saúde, estaduais e municipais, pois se trata de um processo de adesão que visa à melhoria da qualidade da educação e saúde dos educandos, que se dará à luz dos compromissos e pactos estabelecidos em ambos os setores.

Assinale ainda que, a adesão ao PSE presume repasse de incentivo financeiro anual para realização de ações de promoção à saúde nas escolas. O ciclo do Programa é de dois anos, no entanto, após o monitoramento no final do primeiro ano, será possível rever o Termo de Compromisso para recebimento de novo incentivo. Essas ações devem ser realizadas de forma articulada entre as equipes de saúde e de educação do município, e neste contexto destacam-se as figuras do docente do ACS.

2.2 Papel dos ACS na Educação em Saúde

A Organização Mundial da Saúde afirma que doenças e mortes prematuras muitas vezes são causadas por fatores ambientais modificáveis e as maiores estão associadas com a precariedade das condições de subsistência dos sujeitos (OMS, 2007).

Deste modo verifica-se a emergência de que sejam adotadas medidas para a promoção de estratégias que permitam minimizar essa problemática e neste contexto, inclui-se a figura do ACS como um facilitador desse processo de promoção de saúde.

Neste contexto, o trabalho dos ACSs contribui de forma significativa para a melhoria da saúde da população, sendo que a sua principal atuação é como elo entre comunidade e serviço, mediando e encaminhando as demandas que surjam aos profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS).

E, apesar de ser profissional recém-inserido nas equipes de saúde e considerando sua inserção na comunidade, espera-se que sua atuação ocorra com base na promoção da saúde.

Chiesa e Fracoli (2004), estabelecem que o trabalho do ACS se alicerça em três dimensões:

Dimensão técnica: atende indivíduos e famílias através de ações de monitoramento de grupos específicos, doenças prevalentes e de risco, através de visitas domiciliares e informação em saúde com base no saber epidemiológico e clínico; Dimensão política: o ACS é quem reorienta o modelo de atenção à saúde na discussão dos problemas e organização da comunidade, auxiliando no fortalecimento da cidadania, através das visitas domiciliares e educação em saúde, com base nos saberes da saúde coletiva; Dimensão da assistência social: há uma tentativa de se resolver questões, entre elas a de acesso aos serviços. (CHIESA e FRACOLLI, 2004, p. 20).

A Política Nacional de Atenção Básica descreve as atribuições do ACS, sendo promover a integração da equipe de saúde com a população; trabalhar com adscrição das famílias em base geográfica definida; desenvolver ações educativas com as famílias; realizar e atualizar os cadastros; orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; desenvolver

atividades de promoção da saúde, prevenção das doenças e agravos, e de vigilância à saúde, mantendo a equipe informada sobre as famílias em situação de risco; acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade e ajudar na prevenção/controle da malária e dengue (BRASIL, 2006).

Araújo e Assunção (2004), apontam que o ACS realiza as ações preconizadas pelo Ministério da Saúde, e que sua atuação na promoção da saúde se limita na criação de ambientes favoráveis à saúde, à ação nos domicílios, no desenvolvimento de habilidades individuais para o autocuidado e na mobilização comunitária, considerando que essas demandas podem ser solucionadas com a melhor compreensão sobre o efeito das questões ambientais sobre a saúde humana por intermédio da educação para a saúde, a qual pode promover mudanças de hábitos.

Vale dizer que em sua atuação junto à comunidade, o ACS pode encontrar desafios e dificuldades. Deste modo é fundamental que este profissional se sinta valorizado e busque manter-se em constante atualização para que possa atuar proativamente em sua função.

Em sua atuação no contexto educacional, tendo como finalidade a Educação em Saúde são atribuições específicas do ACS: estimular a participação e sensibilizar a comunidade para as ações de saúde escolar; participar das ações de promoção de saúde, orientação de alimentação saudável e prevenção do excesso de peso, em conjunto com os demais profissionais da equipe; identificar, com os auxiliares de enfermagem, famílias dos alunos em risco nutricional; contribuir para a identificação de estratégias para melhoria do estado nutricional nas escolas e nas famílias dos alunos; participar das atividades de educação permanente no âmbito da saúde e nutrição, sob a forma da coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de casos e demais metodologias da aprendizagem em serviço; e participar das reuniões de equipe de planejamento e avaliação (BRASIL, 2009).

Nota-se que este profissional é de fundamental importância no PSE, tendo em vista que, compete a ele o acompanhamento das famílias de uma área delimitada, mantendo um vínculo de proximidade e confiança com as pessoas de sua área de abrangência. Além disso, convivem e conhecem as reais condições de vida dessas famílias e dos filhos destas nas escolas,

todavia, a prática difere de documentos, se distanciando da realidade já previamente assistida quanto às condições de vida da população da Ilha dos Valadares, em que, apesar das tentativas de melhorias, há um grande déficit de emprego financeiro, para custear todas as ações que deveriam acontecer dentro da comunidade.

É evidente que, embora exista uma falha considerável em relação ao tema discutido, a presença dos ACS juntos aos demais profissionais da equipe de saúde proporciona um fluxo positivo das ações na escola. Ainda, o conhecimento dos ACS, acerca das demandas constatadas em seus atendimentos à comunidades e que causam impactos negativos na saúde dos estudantes, facilita a promoção de um ambiente favorável para a realização de atividades significativas com os educandos, na intenção de dirimir as problemáticas, e deste modo, propiciar uma melhor qualidade de vida a eles e aos seus familiares, considerando que estes poderão disseminar os conhecimentos adquiridos e, importa ressaltar que, por meio de tal atendimento, a comunidade sente que não está sozinha.

2.3 Papel do Professor na Educação em Saúde

O papel da escola para a promoção de discussões acerca da relação entre questões ambientais e saúde humana é de suma importância, principalmente em parceria com os serviços públicos de saúde, aliados na busca de um aprendizado significativo das crianças da rede municipal quanto à relação ambiente e saúde.

O professor, como mediador do processo de ensino e aprendizagem deve através de conhecimentos teóricos vinculados a uma prática pedagógica emancipadora, envolver e instigar seus alunos a atuarem como agentes transformadores e partícipes de movimentos que defendam a preservação e a sustentabilidade ambiental, que lutem por melhores condições de vida e saúde. É evidente que o educador já tenha que cumprir com um currículo voltado ao desenvolvimento do educando e ao aprimoramento de suas habilidades, entretanto, mediante projetos interdisciplinares, amparados por demais educadores de diferentes áreas, tornará possível a execução de práticas diversificadas, que promovam a conscientização acerca das questões

ambientais e de sua própria saúde. Deste modo, é possível reafirmar a importância do profissional de educação no que diz respeito às Políticas aqui abordadas.

Conforme mencionado anteriormente, as ações desenvolvidas no PSE têm como finalidade, fomentar a melhoria da qualidade de vida, bem como facultar aos participantes uma mais acertada compreensão do mundo a sua volta. Por ser um programa intersetorial que envolve educação e saúde, o PSE apresenta como proposta a promoção de uma formação integral aos estudantes, tendo em vista a superação das dificuldades que resultando em um atraso no desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino, envolvendo a promoção, a prevenção e a atenção à saúde.

O professor assume importância fundamental nesse processo, pois é este profissional que orienta os estudantes a refletirem sobre a sociedade de forma crítica, bem como buscar a construção do conhecimento e o saber próprio (SILVA, 2010).

Deste modo, é viável que o profissional da educação inclua em seus planejamentos educacionais os Temas Transversais, que abordam assuntos como saúde, meio ambiente, ética, pluralidade cultural, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem articulado com os conteúdos científicos das disciplinas estudadas no contexto de sala de aula, considerando que as áreas existentes não conseguem abordar as problemáticas regionais e locais.

Sublinhe-se que algumas temáticas apresentam maior afinidade com determinadas áreas, de modo a possibilitar um trabalho interdisciplinar, que busque alcançar os objetivos propostos, conforme já mencionado.

Ao contextualizarem a questão da saúde no âmbito escolar, o docente e a comunidade contribuem para a formação de cidadãos com hábitos saudáveis, os quais terão impactos significativos em sua qualidade de vida

Outrossim, tendo em vista que ambiente escolar possibilita abrir os horizontes da valorização e da qualidade de vida, a escola configura-se como um espaço privilegiado para a propagação do PSE, o qual tem por finalidade concretizar a parceria entre a educação e a saúde, evidenciando a construção de um espaço saudável que defenda a vida.

Vale destacar que os docentes participam da implantação do PSE desde o ano de 2013, contribuindo para a integração e para a articulação permanente da educação e da saúde com vistas a proporcionar à melhoria da qualidade de vida da população, contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem de cunho qualitativo, de caráter exploratório, somada ao estudo de caso, que permitiu a elaboração de relatos provenientes de indivíduos da região analisada.

A coleta de informações pautou-se na busca de artigos científicos, dissertações e teses, de modo a analisar e selecionar o material levantado para a fundamentação teórica deste documento.

A busca utilizando os descritores: “educação socioambiental”, “políticas públicas de educação e saúde”, “papel do professor e saúde” e “agentes comunitários de saúde”, permitiu encontrar material em bibliotecas virtuais especializadas, como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), possibilitando proceder com resultados substanciais para compreender o tema aqui abordado.

Ainda, foram consultadas legislações e publicações secundárias que versam sobre a temática abordada e, atendendo aos critérios estabelecidos pela pesquisa bibliográfica, foram considerados os seguintes passos metodológicos: identificação, localização e compilação do material a ser pesquisado e analisado; fichamento (síntese das principais ideias e transcrição de aspectos considerados importantes relacionados ao tema; análise e interpretação (crítica sobre o material, excluindo os que não estão concernentes aos objetivos propostos, articulando as ideias dos diferentes autores, organizando o texto por capítulos).

Para coleta de dados foram aplicados Grupos Focais com a finalidade de avaliar a compreensão dos professores do Ensino Fundamental e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do local, acerca da relação entre questões ambientais e saúde humana, que possam nortear discussões no

contexto escolar e nos serviços de saúde sobre a importância da promoção da educação em para os discentes.

Os campos de pesquisas foram escolas de ensino regular e Unidades Básicas de Saúde, localizadas na Ilha dos Valadares. Foram convidados 04 (quatro) professores, os quais serão denominados como P1, P2, P3 e P4 e 04 (quatro) agentes comunitários de saúde, os quais serão denominados como A1, A2, A3 e A4 para compormos grupos focais.

A técnica foi escolhida devido à riqueza na geração de informações que a interação dos entrevistados possibilita, pois, de acordo com Trad (2009), o Grupo Focal busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Outro fator de suma importância é que nesta técnica, os resultados não são apenas descritos ou expositivos, mas trabalha-se a questão das falas do grupo, buscando-se avaliar questões sociais, pois as expressões individuais sofrem alterações conforme a intervenção dos demais sujeitos favorecendo trocas de experiências e aproximação entre os estes com interesses em comum (LOPES *et al*, 2010).

Assim, o moderador também tem a oportunidade de observar aspectos dos participantes como suas expressões a respeito de uma determinada exposição oral.

O grupo focal representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico.

Gatti (2005) corroboratal perspectiva ao afirmar que a pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas em grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações. De modo que isso não seria possível apenas com observação, entrevista ou questionários. Emergir uma multiplicidade de pontos de vista, processos emocionais, pelo próprio contexto criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar. Permitir trazer à tona respostas mais completas possibilita também verificar a lógica ou as representações que conduzem às respostas.

Minayo (2010), afirma que toda pesquisa inicia-se com uma dúvida ou um questionamento, sendo necessário refletir sobre quais interrogações são relevantes, para se propor um tema de debate, apontando que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis mediada por números, trazendo, assim, mais qualidade para as inquietações. Deste modo, pode-se considerar que o Grupo Focal corresponde a essa qualidade necessária para a pesquisa.

As sessões do Grupo Focal aconteceram a partir de um cronograma estabelecido com os participantes. Os encontros foram realizados nos campos de pesquisa tendo como principal tema a compreensão dos professores do ensino fundamental e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Ilha dos Valadares, acerca da relação entre questões ambientais e saúde humana, que possam nortear discussões no contexto escolar e nos serviços de saúde sobre a importância da promoção da educação em para os discentes.

O material utilizado no Grupo Focal para possibilitar a análise dos debates, trata-se de gravadores de áudio, que ofereceu todas as informações necessárias para a elaboração deste trabalho, cuja sessão de encontros aconteceu no Centro Municipal de Educação da Ilha.

Em relação à escolha dos participantes, Gatti (2001) argumenta que é importante selecionar grupos nos quais se presume que as pessoas tenham diferentes opiniões em relação às questões que serão abordadas, cuja função do moderador inclui, entre outras ações, manter produtiva a discussão, garantir que todos os participantes exponham suas ideias, impedir a dispersão da questão em foco e evitar a monopolização da discussão por um dos participantes.

A forma de registro das sessões foi explicitada aos participantes, pela moderadora, bem como a garantia do sigilo das informações pessoais. Também foi esclarecido que as opiniões não teriam conotação de juízo de valor, mas sim de dados para a pesquisa. O direcionamento das sessões foi como base um tema previamente escolhido, constituindo-se de um roteiro que norteará os trabalhos.

Após a realização dos Grupos Focais, os dados obtidos foram tratados e analisados pela técnica Análise de Conteúdo, idealizada pela professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (2011), sendo esta definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, como pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e a Inferência e a interpretação.

A pré-análise pode ser identificada como uma fase de organização, estabelecendo-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis, envolvendo a leitura flutuante, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material.

Na segunda fase, ou fase de exploração do material, são escolhidas as unidades de codificação, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro), em razão de características comuns, classificação semântico, sintático, léxico, e categorização, que se baseia na classificação dos problemas apontados do objeto de estudo, permitindo reunir o maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los).

Com a unidade de codificação escolhida, o próximo passo será a classificação em blocos que expressem determinadas categorias que confirmam ou modificam aquelas, presentes nas hipóteses, e referenciais teóricos inicialmente propostos. Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as categorias vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo.

A terceira fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados, em que a inferência e interpretação, estão alicerçados nos resultados brutos da pesquisa, e o pesquisador procurará

torná-los significativos e válidos. Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifestado nos documentos, pois, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido.

Após essas fases de coletas de dados e análises de conteúdo, propõe-se a criação de um Plano de Ação com o objetivo de sugerir atitudes que promovam o estabelecimento de parcerias entre profissionais da educação e ACS, para uma efetiva Educação em Saúde nas escolas da Ilha dos Valadares.

4 A REALIDADE DA ILHA DOS VALADARES

As respostas dos entrevistados foram submetidas à técnica de tratamento de dados, denominada Conteúdo, que é destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa, ocupando-se basicamente com a análise de mensagens, segundo Gonçalves (2016).

Inicialmente, apresentaremos a análise e a discussão dos dados coletados através do Grupo Focal, com a participação de docentes que, através de questões pertinentes relacionadas ao modo de vida da comunidade em seu dia a dia, destacando a seguinte resposta acerca dos questionamentos realizados:

“...mas será que tem água encanada, será que tem luz? Essa mãe veio dizendo que a situação está difícil...”(P1); “... o ambiente onde eles vivem, é propício à aquisição de doenças porque eles não têm higiene ou que tem uma valeta a céu aberto próximo a casa deles...” (P2); “Eu me vejo de mãos atadas, eu tenho uma aluna muito inteligente, aquela top de todas, ela lê bem, escreve bem, mas tem a questão da higiene, os coleguinhas percebem que ela vem suja e eles fazem a distinção assim, eles percebem desde pequeninho” (P3) e, “Ela está nesse momento perdida de piolho ... quando eu abri o cabelo dela, fiquei horrorizada” (P4).

Percebe-se pelas respostas dos professores, que estes reconhecem os aspectos que causam impacto na qualidade de vida e no desempenho das crianças na escola no processo de ensino-aprendizagem, e também percebem a necessidade de uma atuação proativa para a promoção da saúde, uma vez que sugerem desenvolver parcerias entre as Secretarias de Educação e

Saúde, considerando que existe certa dificuldade em estabelecer troca de informações com os profissionais de saúde acerca do quadro clínico dos alunos.

Comungando com essa ideia, Demarzo e Aquilante (2008), apontam que a escola é espaço de grande relevância para promoção da saúde, considerando que iniciativas de promoção da saúde escolar constituem ações efetivas para a consecução dos objetivos citados, o que pode ser potencializado no Brasil pela participação ativa das equipes de Saúde da Família, sempre em associação com as equipes de educação.

Por sua vez, entre os entrevistados A1, A2, A3 e A4, houve uma conversa informal e depois, procedeu-se ao Grupo Focal, com duração de 1 hora e meia, sendo questionados sobre aspectos que impedem um trabalho efetivo na promoção da saúde da comunidade, e revelando seu sentimento de impotência para desenvolverem ações educativas, seja por dificuldade de estabelecerem-se parcerias e suporte com recursos materiais e financeiros, seja pela necessidade de capacitação para que estes possam atuar no desenvolvimento de estratégias. Destacaram ainda, a necessidade da adoção temas relacionados à sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, controle de natalidade, saúde bucal para as crianças e nutrição, dentre outros.

Ao serem questionadas sobre como as questões ambientais relacionadas à saúde, obtivemos as seguintes respostas: *“A poluição e a falta de saneamento básico, são alguns dos fatores que causam sérias doenças. Quando pensamos na saúde em um todo, o ambiente onde o indivíduo pode colaborar ou não para o seu bem-estar, saúde física, mental e psicológica”*; (A1); *“Ou seja, num contexto geral as questões ambientais estão relacionadas a falta de estrutura em saneamento básico, planejamento familiar e áreas de risco em contaminação, moradias a beira mar e pontos dominados pelo tráfico de drogas.”* (A2); *“O modo e condições de vida como que as pessoas estando em situação precária vivendo perto de manguezais, lixões que contaminam nossa água e nosso solo.”* (A3) e *“Através da higiene pessoal e limpeza dos cômodos sujos, que são porta aberta para parasitas protozoários causadores de doença nos seres humanos.”* (A4)

Outro fator a ser destacado, deve-se ao fato de que os efeitos ocasionados pelo célere crescimento econômico e o progresso populacional, são visíveis em todo o contexto mundial, o que nos permitiu constatar que os moradores da Ilha compreendem que as questões socioambientais encontram-se plenamente associadas à saúde do ser humano, o que é reforçado por Patrício *et al.* (2011).

O meio ambiente exerce influência direta e indireta no processo saúde e doença, além disso, embora os avanços pertinentes à saúde que levaram à queda da mortalidade, ainda trata-se de um novo desafio a ser enfrentado devido ao crescimento e envelhecimento populacional. Considerando a importância das questões ambientais, os profissionais de saúde devem visar maior atenção a promoção da saúde implementando discussões sobre a temática ambiental de maneira mais atualizada.

A segunda questão, sobre a qual as mesmas pessoas foram entrevistadas, trata-se da percepção de como os impactos ambientais afetam a qualidade de vida e desempenho das crianças na escola no processo de ensino-aprendizagem. Neste caso, obtivemos as seguintes respostas: *“Em um ambiente onde predomina muitas vezes a falta de higiene, fica mais propício o risco de contaminação de doenças que diminuem a capacidade física e moral de crianças, prejudicando assim o estudo e a convivência familiar e socioambiental”*. (A1); *“Uma criança vive e se desenvolve melhor quando o ambiente está de acordo com uma boa estrutura, alimentar, familiar e emocional, inclusive li isso em algum lugar recentemente”*. (A2) e *“Essas questões afetam as crianças, acredito que para um bom desempenho na escola, uma criança precisa de uma boa alimentação, noites bem dormidas, um espaço saudável para viver, porém as crianças sofrem influências do ambiente familiar, social e cultural em que vivem, e a escola desempenha papel importante influenciando e aprimorando a história de cada um. Uma criança que vive num ambiente organizado, limpo e calmo aprende melhor.”* (A3) A entrevistada A4 não respondeu à pergunta.

As respostas das entrevistadas apresentam as mesmas percepções, demonstrando que compreendem e, ao mesmo tempo, defendem que a ausência de saneamento básico, a não preocupação com a conservação e manutenção do meio ambiente, assim como a ausência de cuidados efetivos

com a saúde, compactuam de forma significativa para o baixo rendimento acadêmico dos estudantes:

A longa história de cooperação entre as escolas e os programas de saúde sustenta-se numa realidade evidente: somente uma criança sadia está em condições adequadas para aprender e aproveitar plenamente a escola. A saúde não só é necessária para aprender, pois existe, também, uma relação reciprocamente benéfica, dado que foi comprovado o quanto as pessoas com mais anos de escolaridade têm melhores ferramentas para proteger sua saúde e alcançar melhor qualidade de vida. Além disso, a educação é um determinante importante associado à saúde, à qualidade e à expectativa de vida. Ou, com mais clareza: a ignorância é um dos principais fatores determinantes das enfermidades. (BRASIL, 2008).

Outro fator a ser evidenciado é que, os benefícios das ações de saneamento não têm como objetivo único os efeitos relacionados à saúde, pois existe também uma substancial redução de gastos na assistência às pessoas, decorrentes da falta de saneamento, possibilitando o envio de recursos.

Como respostas da sua sugestão de abordagens, a serem realizadas no contexto escolar sobre a conservação ambiental e sua relação com a saúde, os entrevistados responderam que: *“Criança aprende melhor vendo, aprende com exemplo.”* (A1); *“Criar espaços permanentes onde a criança conviva com o tema, oficinas e teatros que ensinem os cuidados básicos de higiene tanto pessoal quanto do ambiente que ele vive. Quem sabe incentivando a criação de hortas.”* (A2); *“Palestras, oficinas e informações por parte de profissionais de saúde e educação. Seria de extrema importância passar à comunidade um planejamento de suporte para garantir uma estrutura melhor de vida para todos.”* (A3) e *“Mais orientação e prevenção na comunidade em que vivemos.”* (A4).

As respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, apresentavam divergências, sendo que tanto a entrevistada A1, quanto a A2, defendem a ideia de uma abordagem voltada para a ludicidade e metodologia ativa, onde o aluno possa construir através de exemplos práticos seu próprio conhecimento, tornando-se assim um aprendizado significativo:

Nesse sentido, é importante ressaltar que as instituições, tanto de saúde quanto de educação, precisam desempenhar também um papel protagonista,

qual seja o de abrir espaços para essas possibilidades, criar situações favoráveis à participação da criança e do adolescente e facilitar os acontecimentos. Na formulação de práticas educativas, é importante perceber e valorizar que, do ponto de vista pedagógico, não será suficiente ao educador apenas assimilar as propostas, os conceitos e as noções sobre determinado tema, é necessário destacar e garantir a participação do aluno (ou do sujeito), no próprio ato criador da ação educativa, valorizando a pluralidade de suas significações. Atitudes, nesse sentido, com metodologias participativas, favorecem a construção de escolas e serviços de saúde promotores de saúde (BRASIL, 2008).

Dado o exposto, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas de educação e saúde com vistas à formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos, onde professores e agentes comunitários de saúde busquem propor aos estudantes medidas de asseio e higiene, além de ações para preservação do ambiente, tendo como principal finalidade a mudança de hábitos e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida.

Considerando estes aspectos, Silva e Dalmaso (2008), defendem que o ACS deve ser visto como um elemento de suma importância nas estratégias de promoção da saúde, tendo em vista que este apoia o auto cuidado, fomenta a cidadania e a transformação social. No entanto, destacam que, outras dimensões precisam ser consideradas na discussão das expectativas de atuação do ACS e dos desafios para o “novo” perfil desse profissional, como mecanismos de seleção, processos de capacitação (treinamento introdutório e educação continuada), e a sistemática da supervisão adotada.

E deste modo, pode-se afirmar que, ao se estabelecerem-se parcerias entre professores e ACS, a promoção de saúde de forma efetiva pode ser uma realidade a ser instalada naquela comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar este trabalho foi uma experiência bastante significativa, sobretudo pelo fato de associar teoria à prática, conhecendo a realidade que cerca os moradores da Ilha dos Valadares e, possibilitando, assim, chegar-se a uma conclusão acerca do que foi pesquisado.

Ficou evidente, durante o transcrever destas páginas, que Legislações e condições de vida, a considerar a vivência dos povos estudados, não se coadunam, visto que estes apresentam condições insalubres em seu ambiente, conforme é possível aqui constatar, validando o objetivo inicial desta pesquisa, que consistia em compreender a relação entre questões ambientais e saúde humana daquela determinada comunidade, de modo a compreender, sobretudo, a importância da Educação Ambiental nas escolas.

A falta de mecanismos e mesmo de Políticas Públicas voltadas à população parece não ultrapassar os limites de um papel, tendo em vista que há uma grande diferença do que se lê, com o que se vive, tornando qualquer documento sem grandes efeitos para causas sociais.

É fato que a Educação Ambiental seria uma forma de buscar valores que conduzem a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando uma análise crítica do princípio antropocêntrico, que tem levado, muitas vezes, à destruição inconsequente dos recursos naturais e de várias espécies. Mas, também percebe-se, que há problemas na Comunidade que estão além das causas ambientais, como a falta de instrução quanto à gravidez na adolescência, que requer apenas a conscientização por parte de jovens, independentemente das questões apresentadas.

Convém, ainda, considerar que a natureza não é fonte inesgotável, uma vez que suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital, sendo imprescindível a adoção de pensamentos e ações com o intuito de reduzir e prevenir os impactos ambientais causados, em grande parte, pela ação humana.

Em virtude disto, é indispensável sensibilizar a população a buscar novas metodologias, baseadas em um espaço de convivência mais solidário,

participativo e voltado para a preservação dos recursos naturais mundiais, sem nos esquecer de que toda a população da Ilha carece de outros tipos de cuidados.

Com base no exposto, nota-se a necessidade de uma educação socioambiental sólida, que desperte nos sujeitos o senso crítico e reflexivo, além da responsabilidade para a preservação do meio ambiente, ou seja, uma educação que incuta no indivíduo a obrigação de não interferir no meio onde vive e, atuando conscientemente contra a degradação ambiental e disseminando esta consciência para seus pares.

Uma sociedade, ou até mesmo uma comunidade, não pode estar à margem das Políticas Públicas, vivendo em condições precárias, quando, o correto, seria que houvesse uma atenção maior voltada a estas minorias, primando, sobretudo, pela sua dignidade enquanto seres humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.R. de. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Thex, 2006.

ALVES, V. S. **Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da família**: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface*, Botucatu, v. 09, n. 16, p. 39-52, fev. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-2832005000100004&. Acesso em: 28 jan. 2018.

AMBIENTE BRASIL. **Educação Ambiental 2010**. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/educacao_ambiental/educacao_ambiental.html>. Acesso em: 14 set. 2010.

ARAUJO, M.R.N.; ASSUNÇÃO, R.S. **A atuação do agente comunitário de saúde na promoção da saúde e na prevenção de doenças**. *Rev. bras. enferm.* [online]. 2004, vol.57, n.1, pp.19-25. ISSN 0034-7167. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000100004>. Acesso em: 14 set. 2010.

BARCELOS, V. **Educação Ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL. Portaria nº 4279, de 30 de dezembro de 2010. **Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011 Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 29 jan. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Instrutivo PSE / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção básica à Saúde**. Brasília- DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais e Ética**. Brasília: MEC, 2001.

BRANCALEON, B.B.*et al.* **Políticas Públicas: Principais Conceitos**. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015.pdf. Acesso em: 28 nov. 2017.

BUCCI, M.P.D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANEPARO, S.C. **Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR** (1952-1996), através do uso de sistema de informações geográficas. Paraná: UFPR. n. 4, p.111-130, 2000.

CANEPARO, S.C.; BRANDALIZE, M.C.B. **Aspectos Socioambientais das Ocupações Irregulares no Município de Paranaguá** - Estado do Paraná. UFPR, p.01-20.

CHIESA A.M.; FRACOLLI L.A. **O trabalho dos agentes comunitários de saúde nas grandes cidades: análise do seu potencial na perspectiva da promoção da saúde**. Ver Bras de Saúde da Fam (Brasília), 2004;2:42-9.

COSTA, F. S.; SILVA, J. L. L.; DINIZ. M. I. G. **A importância da interface educação\saúde no ambiente escolar como prática de promoção da saúde**. Informe-se em promoção da saúde, v.4, n.2. p.30-33, 2008.

COSTA, M. A. R. **A Ocorrência do Aedes aegypti na Região Noroeste do Paraná: um estudo sobre a epidemia da dengue em Paranaíba – 1999**, na perspectiva da Geografia Médica. 2001. 214 p. Dissertação (Mestrado em

Institucional em Geografia). Universidade Estadual Paulista - Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba, Presidente Prudente.

DIONYSIO, L.G.M.; DIONYSIO, R.B. **Lixo urbano:** descarte e reciclagem de material. Disponível em: <http://web.ccead.puc-rio.br/condigital/mvsl/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FREITAS, Carlos Machado de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.137-150, 2003. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232003000100011> Acesso em: 25 nov. 2017.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papirus, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidade de Paranaguá:** panorama. (2017). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagu%C3%A1/panorama>. Acesso em: 18 jan. 2017.

KLIGERMAN, D.C. *et al.* Sistemas de indicadores de saúde e ambiente em instituições de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.199-211, mar. 2007. Fap UNIFESP (SciELO).

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, M.G.K. *et al.* **Grupos focais:** uma estratégia para a pesquisa em saúde. RSBO (Online). 2010, vol.7, n.2, pp. 166-172. ISSN 1984-5685.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÜLLER, Jackson. **Educação ambiental:** diretrizes para a prática pedagógica. Porto Alegre: Famurs, 1998.

OLIVEIRA, R.L.; SANTOS, M.E.A. **Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família:**Conhecimentos e Práticas do Enfermeiro. Disponível em: https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v4_2/05- Revista Enfermagem Integrada – Ipatinga: Unileste-MG - V.4 - N.2 - Nov./Dez2011. Acesso em: 30 de jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Growthreference data for 5-19 years.** (2007). Disponível em: http://www.who.int/growthref/who2007_bmi_for_age/en/index.html. Acesso em: 18 jan. 2018.

PINTO, A.A.M.; FRACOLLI, L.A..**O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da promoção da saúde:** considerações práticas. Revista Eletrônica de Enfermagem, São Paulo, v. 12, n. 4, p.766-9, 31 dez. 2010. Universidade Federal de Goiás.

ROSSATO, I.F. de. **Uma Metodologia para a Análise e Solução de Problemas.**Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, em <<http://www.eps.ufsc.br/disserta96/rossato/indice/index.htm>> Acesso em: 17 set. 2017.

RANGEL, M.L. **Dengue:** educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle – propostas inovadoras. Interface, Botucatu, v.12, n.25; 2008.

TRAD, L A. B. **Grupos focais:** conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva,[s.l.], v. 19, n. 3, p.777-796, 2009. FapUNIFESP (SciELO).

TRAVASSOS, E. G. **A prática da educação ambiental nas escolas.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. Estudos Avançados, [s.l.], v. 30, n. 86, p.51-66, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.00100004>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **Guia Turístico:** Baía de Paranaguá: Ilha dos Valadares. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/guia-turistico> Acesso 03 dez. 2017.

_____. **Notícias de Paranaguá.** Disponível em:
<http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticias>. Acesso em: 03 dez. 2017.

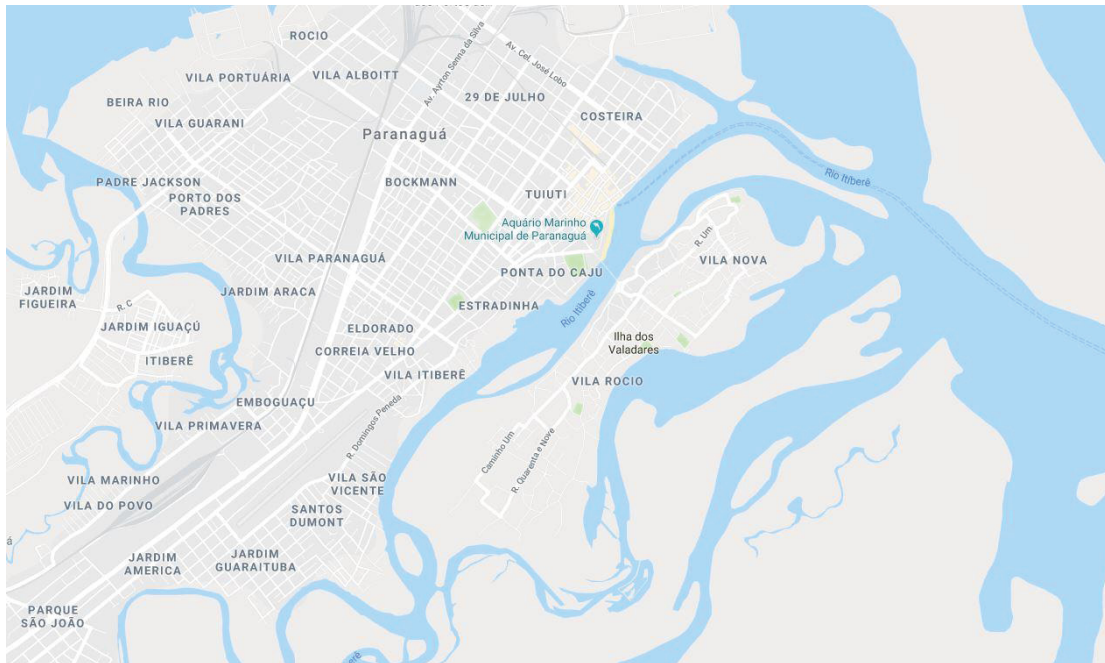
SOBRAL, A; FREITAS, C.M. de. **Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde.** Saúde e Sociedade,[s.l.], v. 19, n. 1, p.35-47, mar. 2010. FapUNIFESP.

TRIVIÑOS, A N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

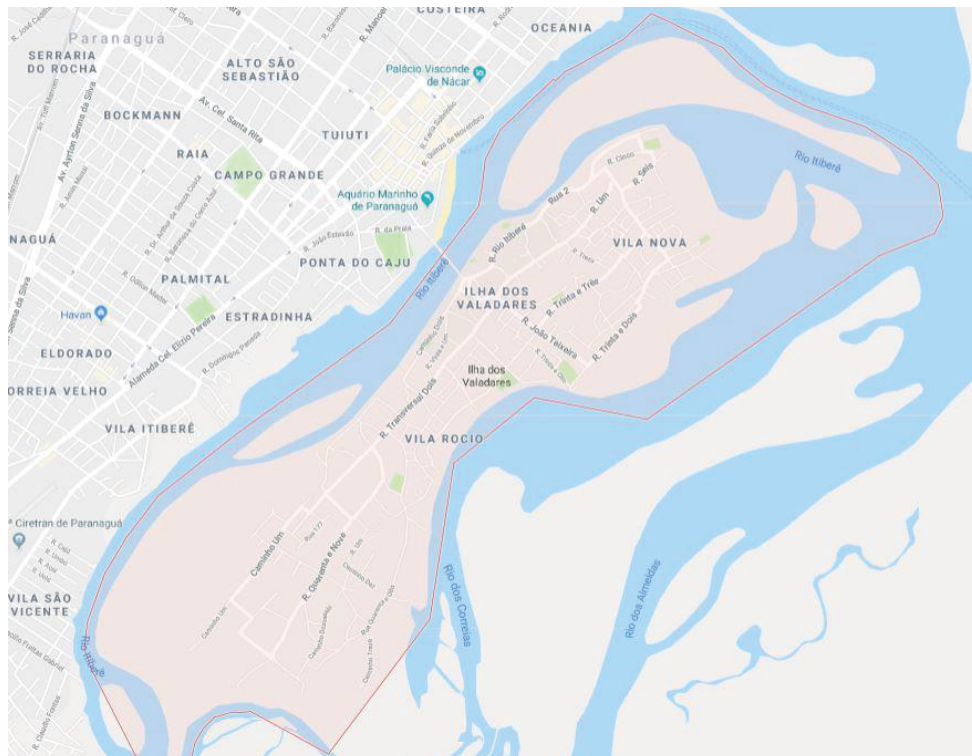
WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde.** Rio de Janeiro: WHO; 2011. Disponível em:
http://www.who.int/sdhconference/declaration/Rio_political_declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 31 de jan. 2018

ANEXOS

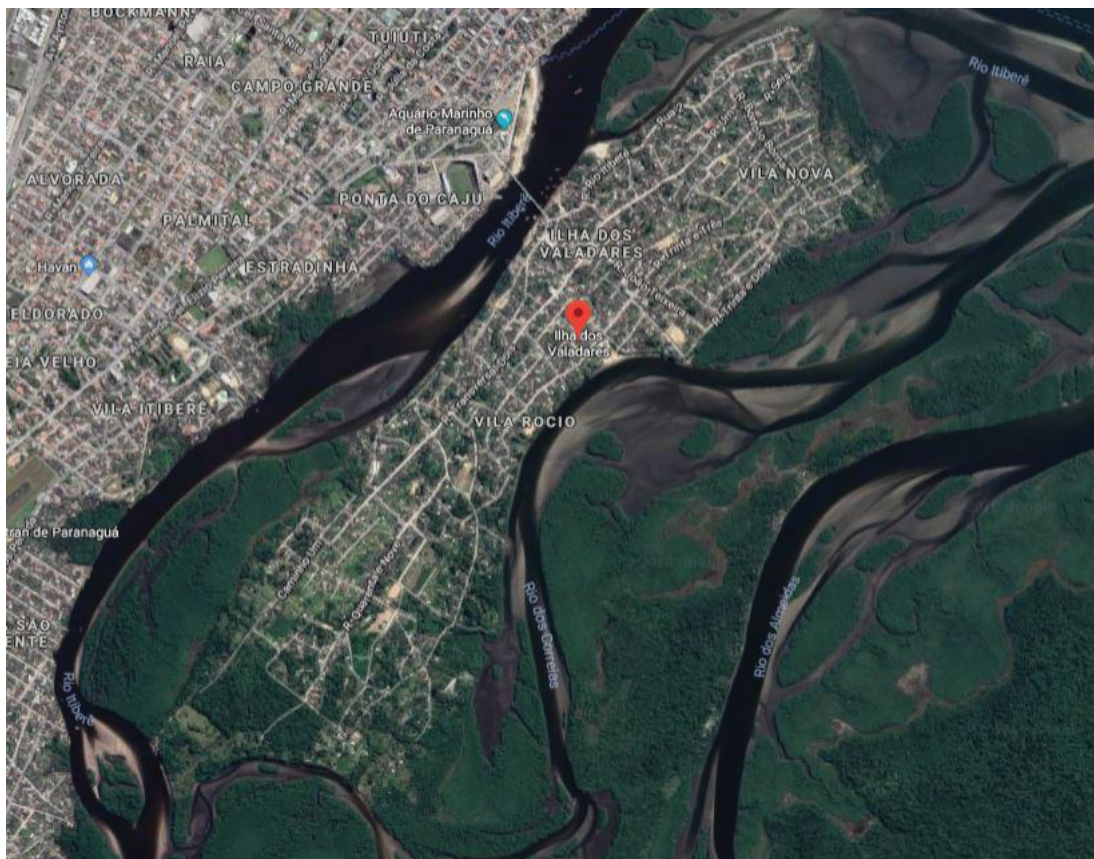
Anexo 1 – Ilha dos Valadares



Fonte: Google Maps



Fonte: Google Maps



Fonte: Google Maps

Apêndice 2 – Resultados

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**CURSO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA PROFESSORES E
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA ILHA DOS VALADARES,
PARANAGUÁ-PR: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**MATINHOS
2018**

**CURSO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA PROFESSORES E
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA ILHA DOS VALADARES,
PARANAGUÁ-PR: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao programa de Pós-
Graduação Mestrado Profissional em
Rede em Ensino das Ciências
Ambientais, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Profa Dra. Maria da
Graça Kfourir Lopes

RESUMO

Este relato de experiência visa à descrição das necessidades de uma comunidade específica em relação à higiene, educação e saúde, tendo como fundamentação a teoria, que procura aplicação prática ao que foi vivenciado através de debates, rodas de conversa e discussões acerca dos assuntos mencionados. Buscando um equilíbrio entre sustentabilidade, meio ambiente e ações praticadas pelo homem quanto ao consumo desenfreado de recursos naturais, procura-se, ainda, refletir e criar condições para que a população descrita venha a obter melhor qualidade de vida e bem-estar, sobretudo em relação ao tipo de moradia em que vivem, uma vez que todos buscam por um mínimo de dignidade e por igualdade social.

Palavras-chave: Saúde; Ambiente; Educação.

ABSTRACT

This report of experience aims at describing the needs of a specific community in relation to hygiene, education and health, based on theory, which seeks practical application to what has been experienced through discussions, talk and discussions about the issues mentioned. Seeking a balance between sustainability, the environment and human actions regarding the uncontrolled consumption of natural resources, we also seek to reflect and create conditions for the described population to obtain a better quality of life and well-being, especially in relation to the type of dwelling in which they live, since all seek for a minimum of dignity and for social equality.

Keywords: Health; Environment; Education.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	48
DESENVOLVIMENTO	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	56

1 APRESENTAÇÃO

Um relato de experiência descreve com precisão uma determinada vivência, que possa contribuir para a área de atuação em que o profissional está engajado, trazendo motivações para futuras ações a serem tomadas dentro do contexto específico em que se experimentou aquele momento.

A partir de tal definição, apresenta-se este relato, evidenciando a importância do contato direto com comunidades opostas as quais se está habituado a conviver, a fim de que se conheça outras realidades sociais, para que sejam traçados objetivos bem delineados e buscar uma forma de contornar ou de minimizar certas situações que ferem a dignidade humana.

Visando a um diagnóstico e planejamento de ações conjuntas, o curso ministrado, sobre o qual se origina este trabalho, apresentou seu objetivo inicial, de modo a possibilitar a apresentação de propostas para melhorar a qualidade de vida e realizar a promoção à saúde da comunidade da Ilha dos Valadares, bairro mais populoso do município de Paranaguá, de acordo com os pressupostos da Educação Ambiental, que é entendida, segundo Philippi Jr et al (2002), como uma metodologia em que cada indivíduo assume o papel principal de seu processo de ensino-aprendizagem, mostrando-se ativamente participativo para analisar e buscar soluções para potenciais problemas ambientais diagnosticados, preparando outros cidadãos para se tornarem agente transformadores através de uma atitude ética, condizente com a cidadania.

Faz-se salutar reforçar que todo o planeta tem sido devastado por impactos sem precedentes nos últimos anos, advindos das ações do homem, que utilizando recursos naturais de maneira desenfreada, sem pensar nas consequências futuras.

Acredita-se que apenas ações de conscientização não bastam para buscar um ajuste entre as necessidades do indivíduo e o ambiente, sendo necessárias atitudes e posturas modificadas para que tenhamos alguma perspectiva daqui a alguns anos.

Por isso, a importância de se realizar cursos que busquem pelo aprimoramento do ser humano, não apenas quanto às condições da Terra, mas em relação a si próprios.

Seguindo com esta apresentação, o curso teve seu início no dia 21 de junho, terminando em 5 de julho, com carga horária de 12 horas, incluindo as atividades extraclasse de leitura e pesquisa, que contabilizaram 10 horas, totalizando 22 horas de trabalho, cuja certificação foi emitida pela Universidade Federal do Paraná, a partir da parceria do Grupo de Pesquisa Universidade Escola, “A prática docente de conhecimento na perspectiva da emancipação humana: o que é possível anunciar para além dos marcos regulatórios?” Coordenado pelo professor Dr Maurício César Vitoria Fagundes, contando com as integrantes Paula da Silva Inácio Pereira e Eliz Maria Howard, mestrandas PROFCIAMB.

Os inscritos atuavam na área da Saúde, sendo doze Agentes Comunitários e três Professores, que atuavam no local. Os encontros realizaram-se às 18h, os quais são relatados neste documento, oferecendo uma visão fundamentada e contextualizada acerca de questões como higiene; água; Doenças Sexualmente Transmissíveis, gravidez na adolescência e na infância; dispositivos da Unidade de Saúde e demais assuntos que serão aprofundados no decorrer das experiências aqui descritas.

Considerou-se importante não fragmentar as informações que são relatadas, portanto, reserva-se ao direito de não realizar nenhuma divisão de seções, buscando redigir este texto de forma precisa, concisa e natural.

2 DESENVOLVIMENTO

Este relato de experiência contempla uma vivência compartilhada com profissionais que visam à melhoria de uma comunidade, em diversos âmbitos de sua vida pessoal e profissional, tornando-os pessoas capazes de viver e conviver com maior dignidade.

Rico em intenções e inovações, foi proporcionada aos participantes do curso, uma nova visão acerca da situação de uma determinada população, envolvendo estudos, pesquisas, relatos e ressignificações. Ímpares.

Através de diálogo intenso com a comunidade, tratou-se de questões socioambientais da Ilha dos Valadares, cujo enfoque voltou-se às áreas de Educação para Saúde.

Atualmente, há toda uma referência de pluralidade e diversidade, que permeiam a sociedade, de modo que se aceite as diferenças de crença, raça, religião, orientação sexual e preferências em gerais. O apelo da mídia, inclusive, é forte, chamando as camadas mais populares para reflexão.

O preconceito, em seu sentido mais generalizado, está incrustado em todos os espaços sociais e este, por vezes, tem suas raízes na violência, oriunda da mais extrema pobreza dos povos.

Neste caso específico, era exatamente o que acontecia naquela comunidade. Havia um grande temor de se chegar a um determinado local da região, devido às situações mencionadas, que entristeciam a todos pelo estado de abandono em que viviam.

Uma comunidade esquecida em alguns setores, sobrevivendo em meio a condições extremamente precárias, em que seus habitantes viviam à espera que o acaso lhes estenda a mão.

Adquirir a confiança das pessoas, sobretudo no mundo de hoje em que os seres humanos têm um certo receio em expressar suas opiniões em rodas de conversa, devido à intolerância social, é um desafio para qualquer profissional. Entretanto, em um primeiro momento, o objetivo era detectar os problemas que mais preocupavam os participantes, a fim de que fossem construídos, juntos, meios para resolvê-los.

Uma das reclamações que logo foram colocadas em pauta, dizia respeito à falta de sinalização na Ilha, que não dispunha de qualquer tipo de

placas informativas, tornando o local um ponto turístico sem qualquer atrativo e, por consequência, pouco explorado.

Ouviru-se um depoimento que chamou a atenção, pois, embora tratasse de uma comunidade em que a Estratégia de Saúde da Família atua há algum tempo, a Agente Comunitária de Saúde se confessou frustrada pelo fato de que os moradores não os reconheciam como profissionais essenciais para o bem-estar daquela determinada população, como se suas ações se restringissem apenas a escassas caminhadas, sem qualquer resultado frutífero.

De acordo com o Ministério da Saúde, tais agentes têm a incumbência de realizar mapeamento de sua área de atuação, cadastrar as famílias e atualizar permanentemente este cadastro, identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco, identificar áreas de risco, orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, dentre outras, considerando, assim, seu papel como sendo de suma importância para a comunidade como um todo.

Em seguida, foram discutidos assuntos referentes à moradia no Brasil, bem como seu adequado conceito, sendo primordial em um país que não apresenta oportunidades justas para que seus povos adquiram condições mínimas necessárias para seu bem-estar e melhor qualidade de vida, visto que grande parte da população não dispõe de uma habitação saudável (PASTERNAK, 2006).

É importante, entretanto, considerar que as periferias das metrópoles cresceram mais do que as áreas centrais das cidades grandes, acabando por acentuar, ainda mais, a expansão das regiões mais pobres, conforme assinala Maricato (2011).

Diante de tal observação, depreende-se que o problema habitacional está atrelado a um processo intenso de urbanização, que ocorre de forma acelerada em cidades que não dispunham de qualquer preparo para atender a um grande número de novos moradores.

É evidente que a moradia é essencial para nossas vidas, sendo indispensável para a reprodução social dos seres humanos e constituindo-se, também, no local onde parte da vivência humana acontece.

Entretanto, tal premissa, ao que foi possível observar, não se cumpre, nem ao menos em partes em alguns locais, pois o ambiente da Ilha apresenta condições insalubres, explicitando, assim, o binômio habitação/saúde, em que ao invés de ambos convergirem, divergem, uma vez que a questão da higiene, primordial para todos os indivíduos, pode ser considerada bastante delicada nesta comunidade.

Educadores ali presentes, reafirmaram seu compromisso através de metodologias diversificadas, apontando para uma Educação voltada à preparação para a vida do indivíduo, em que se incluía o cuidado com o próprio corpo, tema recorrente em propostas governamentais, como nos Temas Transversais, que apontam a Saúde como assunto essencial de intervenção no interior do espaço escolar. Existem, inclusive, documentos que conscientizam alunos para o direito à saúde, sensibilizando-os intensivamente para a busca permanente da compreensão de seus determinantes, capacitando-os para as medidas de promoção, proteção e recuperação da Saúde, de modo a irradiar seus efeitos em comunidades (BRASIL, 2000).

O problema, apesar de ser suficientemente preocupante, ainda está além, pois existem os laços do movimento sanitário, divulgado amplamente em documento da Organização das Nações Unidas, em que o conceito de saúde e de bem-estar transcende o setor exato da saúde, devendo-se considerar, a priori, paz, alimentação, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e a equidade (PASTERNAK, 2016).

Assim, a situação se agrava quando se trata de questões em que o meio ambiente passa a ser o tema da discussão.

Sustentabilidade é assunto recorrente entre pesquisadores e estudiosos, em uma sociedade que apresenta um crescimento desenfreado, cujos recursos naturais são consumidos sem qualquer tipo de critério, em especial, nesta Era tecnológica, voltado ao consumismo, ao imediatismo e ao desperdício.

Há ainda o descarte incorreto de eletrônicos, que apresentam uma decomposição tardia, prejudicando, fundamentadamente, os ecossistemas.

A considerar que o conceito atual de Desenvolvimento Sustentável diz respeito à utilização de recursos naturais, de maneira consciente, que supra as gerações presentes e as gerações futuras, como é possível pensar em futuro, se até o presente parece estar fadado ao fracasso?

Nesta linha de pensamento, importa considerar o conceito do termo de forma mais abrangente, sendo que Sustentabilidade é o princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, referindo-se que ela é princípio constitucional-síntese, o qual impõe a proteção do direito ao futuro, pois determina a universalização concreta e eficaz do respeito às condições multidimensionais da vida de qualidade, com o pronunciado resguardo do direito ao futuro (FREITAS,2012).

Comunidades vivem às margens de esgotos a céu aberto, cujos dejetos são despejados em rios e mananciais, contaminando toda a área e, novamente, expondo a população a condições precárias de saúde, o que caracteriza um modo de vida que se configura no sentido oposto à concepção do assunto.

As condições estruturais de casas têm, por premissa, uma determinação que envolve toda o âmbito relacionado à saúde, como adequada coleta de lixo, proteção contra vetores, rede própria e funcional de esgoto e espaços entre cômodos para evitar contágios, ainda, iluminação, temperatura, espaço e tantos outros componentes que distanciam ainda mais o ideal, da verdadeira realidade.

Utópico acreditar que todos conseguiriam assegurar para si e seus familiares uma moradia saudável, conforme autores defendem, afinal, esta tem profundas relações com determinantes históricos, regionais e culturais, todavia, a busca de alternativas políticas, ou atitudes reais e possível para novas perspectivas, deveriam incorporar planos mais sólidos, que se concretizassem ao longo dos anos, embora o que pode-se ver é apenas um agravamento de toda essa situação que, pode-se dizer que chega a um ponto insustentável, talvez irreversível.

Durante esses encontros, também foram abordadas as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), transmitidas, majoritariamente, por contato sexual com o indivíduo contaminado, que não faça uso de preservativos.

Sífilis, AIDS, Tricomoniose, Herpes, Hepatite B, Condilo Mole, Colidoma Acuminado HPV, Gonorreia e Linfogranuloma Venéreo, de modo a explicitar a importância de cuidados extremos com tais doenças, como a Hepatite tipo B,

que detém a marca de infecção a 1/3 da população brasileira infectada pelo vírus, sendo um total de, aproximadamente, 350 milhões de portadores, de acordo com Lopes (2011). Como resultado da infecção, o paciente acometido pode adquirir uma doença aguda sintomática, desenvolvendo um estado de portador crônico, que evolui para cirrose ou carcinoma hepato celular.

A partir de então, os Agentes Comunitários de Saúde assumiram o comando do curso, mediante conversa informal com os participantes, também atentando para a Sífilis, principalmente em gestantes, em que os bebês gerados por mães contaminadas pela doença, podem desenvolver graves problemas de saúde, como surdez, cegueira, problemas nos ossos, problemas neurológicos, convulsões, meningite, deformação de dentes, mandíbula e céu da boca, além de parto prematuro e morte fetal. Todos os casos, segundo os Agentes, provem de uma Sífilis mal curada.

Destaca-se ainda que, segundo levantamento do Censo 2010, foi observado um índice elevado de mortalidade infantil, totalizando 70.817 óbitos no município de São Paulo, no ano de 2012, cuja incidência prevalece em periferias, originando-se de mortes por doenças infecciosas e parasitárias, bem como homicídio e suicídios.

Diante de um contexto social tão perturbador, faz-se extremamente necessário refletir sobre condições ambientais que permeiam as favelas do país, tendo em mente que seria um imenso desafio convertê-las em moradias saudáveis, sendo que não existe qualquer planejamento para políticas de urbanização desses espaços na atualidade.

Também é preciso explicitar a triste realidade de crianças e adolescentes grávidas na Ilha que, por vezes, não são gestantes do primeiro filho, já tendo praticado aborto, ou sendo mãe de duas ou três crianças aos seus 16 anos de idade.

Tal fato pode ser justificado através dos argumentos de Freud (1905), que mostra que na puberdade se operam mudanças visando à maturidade sexual. A pulsão sexual se unifica em torno de um único objetivo, que é a função reprodutora. O corpo da adolescente sofre, assim, transformações e mudanças orgânicas que têm por objetivo a reprodução da espécie humana. Esse processo orgânico se expressa através de uma grande pressão hormonal, que impulsiona a adolescente a testar esse aparelho. Surge, então,

o interesse pelo sexo, e desse ato decorre, frequentemente, a gravidez, entretanto, vivemos em uma Era em que existem vários meios para se evitar a gravidez precoce, mas este não tem sido um fator que parece estar dentre as necessidades das meninas da Comunidade, uma vez que a média de adolescentes grávidas é de, aproximadamente, 2 para cada 10.

Há as condições psicossociais que favorecem tal condição, e se o objetivo for pensar em propostas preventivas, que venham a solucionar este tipo de problema, precisar-se-ia de profissionais capacitados, voltados a um trabalho que acompanhasse essa população, e tantas outras, visando, novamente, ao seu bem-estar e uma melhor qualidade de vida para todos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada durante o curto período passado no curso comunidade da Ilha dos Valadares, fez com que se verificasse as necessidades principais de uma população extremamente carente, que precisaria de uma atenção que voltasse às suas necessidades enquanto indivíduos e grupos sociais.

As Ciências Ambientais subsidiam, teoricamente, com propostas e novas visões acerca dos problemas ambientais, bem como minimizar e remediar áreas contaminadas, conforme os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Obviamente, é um passo rumo ao que seria necessário realizar, entretanto, apesar do conhecimento que se adquire e de todas as possibilidades para se alcançar uma melhor qualidade de vida, realmente, parece uma utopia querer encontrar uma solução, quando nem mesmo moradores, que conhecem suas limitações, conseguem vislumbrar um novo caminho, tampouco mudanças.

A miséria, quando acomete famílias, bairros e comunidades, coloca tais indivíduos em um cenário marcado pelo instinto de sobrevivência, em que não se considera fatores essenciais ao seu bem-estar, como higiene, saúde, educação.

O curso, apesar de ter sido bastante rico, possibilitando acreditar em mudanças, traz, também, incertezas, pois depende-se de Políticas voltadas aos menos favorecidos, que estivessem integradas ao que preconizam legislações e dispositivos legais.

A realidade que circunda essa comunidade e que tantas outras vivem com condições iguais e, até mesmo, muito piores do que os moradores da Ilha dos Valadares, é impactante e por mais que se faça observações, análises e busque-se por soluções para estes indivíduos, precisa-se de muito mais.

O trabalho contribuiu para muitas reflexões e mais inquietações, tendo em vista que os participantes se confessam de mãos atadas, em especial, em relação àquela determinada Comunidade, objeto deste estudo.

Revalidamos a dissonância entre Legislações e os fatos analisados, concluindo, novamente, que os cidadãos daquela região, não têm seus direitos assegurados, conforme deveria.

São tantos os problemas a serem resolvidos, conforme foi abordado ao longo deste relato de experiência, que chega a incomodar, concluindo que até mesmo para encontrar um ponto de partida, fica extremamente complicado.

Sem saber como lidar com determinadas situações, as pessoas se colocam em uma posição passiva, em que assistem a tudo e, mesmo com as devidas informações, a consciência de como proceder, mas com a certeza de que não poderiam, jamais, realizar qualquer ação isoladamente.

Necessita-se de parcerias, de gestores comprometidos com a sociedade e de um olhar diferenciado ao social e à realidade conturbada e caótica de uma população que vive e sobrevive sem expectativas, e sem condições mínimas para uma vida e uma moradia que possa ser classificada como saudável.

Uma das sugestões para validar este projeto é, sem dúvida, o envolvimento da comunidade com atividades de cunho pedagógico, a fim de instruir crianças, jovens e adolescentes quanto as questões socioambientais aqui abordadas.

Sensibilizar e conscientizar ainda são fatores-chave para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que grande parte de seus habitantes possam desfrutar de uma vida digna, cuja qualidade de vida seja alcançada por todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Departamento de Programas de Saúde. Coordenação de Educação para a Saúde. **Educação para a Saúde: plano estratégico**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia prático do Programa de Saúde da Família**. Brasília, 2001.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LOPES, G.S.L. **et al. Aspectos Gerais da hepatite B**. Artigo de Revisão. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5715/1/5899-16364-1-PB%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2018.

MARICATO, Ermínia. **A Política Habitacional do Regime Militar**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PASTERNAK, S. **Habitação e saúde**. Estudos Avançados, v. 30, n. 86, p. 51-66, abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.00100004>> Acesso em: 07 out. 2018.